

Praia Vermelha



Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

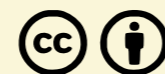
Temas Livres

v.33 n.1

Jan-Jun/2023

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Jackson Pollock (1912-1956)
Shimmering Substance, 1946.

Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social
/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.

Sumário

5 Editorial

Andrea Moraes Alves

TEMAS LIVRES ARTIGOS

6 A reprodução e o enfrentamento ao machismo no cotidiano das mulheres

Sarah Sorati dos Santos & Tais Pereira de Freitas

25 Aborto e discriminação interseccional

Poliana Teixeira de Jesus & Debora Cecilia Chaves de Oliveira

44 Pátria que me pariu: o governo Bolsonaro e a violência obstétrica

Déborah Veviani da Silva

69 Epistemologia feminista e a crítica ao projeto filosófico da ciência moderna ocidental

Amanda Freitas Souza & Maria da Luz Alves Ferreira

90 Conhecimento produzido no mestrado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba

Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues & Mônica Barros da Nóbrega

116 A natureza e a gênese do Serviço Social: duas teorias conflitantes


Silvio Redon & Eliane C. Santos de Campos


141 Assistente Social e sua Implicação na Rede de Atenção Psicossocial

Ingrid de Assis Camilo Cabral

162 Um olhar decolonial para narrativas maternas de congolesas refugiadas no RJ

Paula Colodetti Santos

 Você está aqui.

 Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Um olhar decolonial para narrativas maternas de congolesas refugiadas no RJ

Maternidade
Refúgio
África
Feminismo decolonial

Este artigo é um desdobramento de um estudo com mulheres congolesas refugiadas e residentes no Rio de Janeiro. É uma pesquisa qualitativa, de abordagem etnográfica, composta por observação participante e entrevistas, realizada em uma instituição de acolhimento, a Caritas RJ, no ano de 2018. É a partir desta interação e apoiada em autoras decoloniais – em particular a africana Oyèrónké Oweyùmí, que retomo ideias sobre análises de gênero e associações entre o sagrado e a maternidade, além do resgate a sua potência transcendental e a faceta empoderadora particular ao ser-mãe.

Paula Colodetti Santos

Médica psiquiatra, doutoranda do Programa de Pós em Saúde Coletiva (IMS-UERJ).
paulacolodetti@gmail.com

A decolonial view at maternal narratives of Congolese refugees at RJ

This article is one of the outcomes of a study with Congolese women refugees and residents in Rio de Janeiro. A qualitative research, with an ethnographic approach, consisting of participant observation and interviews, carried out in a host institution, Caritas RJ, in 2018. It is based on this interaction and supported by decolonial authors - in particular the African Oyèrónké Oweyùmí, that I take up ideas about gender, and the associations of sacredness and motherhood, in addition to rescuing its transcendental potency and the particular empowering facet of being a mother.

Motherhood
Refugee
Africa
Decolonial feminism





Introdução

“Sou Regine, mãe da Mirele”, essa frase ouvi pela primeira em 2018, quando colhia informações sobre a saúde mental de mulheres congolezas residentes no Rio de Janeiro, pesquisa que procurou aprofundar o conhecimento sobre o sofrimento – a partir da categoria “sofrimento social”¹, e a experiência do refúgio entre essa população, a maior frequentadora da Cáritas – RJ naquele momento. A organização, por sua vez, fora escolhida por tratar-se de uma instituição não governamental cuja finalidade é: “promover o acolhimento, assegurar que os direitos dos refugiados sejam respeitados e criar condições para que eles possam reconstruir a vida, no Brasil, de forma digna”².

Ao situar este estudo num campo composto por mulheres negras, africanas, refugiadas e financeiramente comprometidas, utilizei da lógica interseccional para a interpretação dos resultados obtidos. Este referencial teórico (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016) propõe a não hierarquização das categorias para entender como as desvantagens se sobrepõem, posicionando mulheres em lugares particulares de vulnerabilização.

Porém, após o contato com autoras decoloniais e, em especial a leitura dos textos da intelectual africana Oyèrónké Oweyùmí, retomo este trabalho para destacar a relação das mulheres congolezas e a maternidade. Tensão essa não bem explorada em um primeiro momento, quando a categoria gênero, através de leituras de autoras e autores, em sua maioria do norte global, foram as mais referidas – ainda que tenha utilizado referências de acadêmicos decoloniais, como o camaronês Achile Mbembe (2018), e a própria Oweyùmí, já que, segundo ela, mesmo que se faça a leitura de autores africanos, não estamos seguros de uma avaliação sem a marca do gênero em primeiro plano:

Tentativas de decolonização de espaços, corpos, e mentes tiveram pouco impacto, porque os africanos tendem a não entender o fenômeno em si. São como seus colonizadores brancos, mostram-se interessados em remover os brancos do cenário político [...] como se isso, necessariamente, os “descolonizasse”. Mas não é assim, como o historiador Sabelo Ndlovu-Gatsheni explica. E não é especialmente assim no que diz respeito à produção de conhecimento na África, que ele descreve como sendo “profundamente enlaçado na matriz colonial



de poder”, reproduzindo ideias de dominação no continente africano (OYEWÙMI, 2016, p. 4 – tradução livre).

Graças a ampliação dos debates identitários, o empoderamento do feminismo negro e das intelectuais decoloniais, com maior divulgação de textos produzidos por elas, aumentou-se os espaços de diálogo, assim como o consumo de suas produções e discussões, dentro e fora da academia. Diante disso, trago novamente Oweyùmí para refletir a escolha da categoria analítica:

conceitos e formulações teóricas são ligados a cultura e que as pessoas que pesquisam, não meramente registram ou observam no processo de pesquisa; elas também são participantes. Penso, portanto, que, mesmo quando a pesquisa africana procura validar a especificidade da experiência africana ela o faz dentro dos quadros das categorias de conhecimento derivadas da Europa. Assim, embora as origens do raciocínio corporal possam ser encontradas no pensamento europeu, suas influências estão em toda parte, incluindo a diversidade dos Estudos Africanos. Meramente por analisar uma sociedade em particular com constructos de gênero, quem pesquisa cria categorias de gênero. Dizendo de outro modo: escrevendo sobre qualquer sociedade por meio de uma abordagem de gênero, quem investiga necessariamente escreve o gênero nessa sociedade. O gênero, como a beleza, está frequentemente nos olhos de quem vê. [...]. Efetivamente, tornar o gênero visível também é um processo de criação de gênero (OYEWÙMI, 2021, p. 22-23).

Diante dessa argumentação, podemos assumir a criação de uma categoria de análise mais familiar a nós, pesquisadores, do que àquelas sobre as quais estudávamos? Pensar essas mulheres a partir do referencial interseccional - principalmente a partir das categorias *gênero*, *raça* e *classe social*, faz sentido? Ou de fato, e passados todos estes anos desde o domínio dos colonizadores, temos uma sociedade congoleza generificada?

Além disso, sublinho que: os estudos de Oyèrónké estão contextualizados numa sociedade em particular, “a sociedade iorubá do sudoeste da Nigéria, [...] colonizada pelos brancos britânicos entre 1862 e 1960” (OYEWÙMI, 2021, p. 18). E, apesar de “[estar] nítido que as conclusões deste estudo são aplicáveis a algumas outras sociedades africanas, hesito em aplicá-las amplamente, [pois] não quero cair na armadilha comum

de apagar a multiplicidade de culturas africanas fazendo generalizações” (OYEWÙMI, 2021, p. 21).

Vale ainda ressaltar que a formação da República Democrática do Congo (RDC) fora diferente da população referida pela autora. Neste sentido, é notório que a RDC tem um passado marcado por rivalidades entre diferentes tribos e instabilidade governamental, com ocorrência de crimes contra mulheres e situações de abuso sexual como práticas de poder. Movimentos estes que persistem e que já foram, de certa forma, estimulados por seus colonizadores belgas em uma tentativa de se manterem no poder apesar da “entrega” da soberania do país a seus nativos.

Os entrelaçamentos entre a história e uma sociedade generificada

Jane Freedman (2016), autora inglesa que pesquisou gênero no Congo, aponta:

Não pretendo, portanto, ‘falar por’ as mulheres da RDC, nem contar suas experiências a partir da perspectiva de um estrangeiro, mas percebo que o processo da pesquisa e as formas como compreendi e analisei os dados obtidos está intimamente ligado à minha própria situação. No entanto, ouvindo e relatando as experiências de mulheres e homens na RDC, e tentando contextualizá-las dentro de um quadro histórico, político e socioeconômico, espero ir além de algumas das narrativas dominantes existentes sobre as mulheres congoleesas - como meras ‘vítimas de violência’, para explorar mais e de uma forma mais nuançada como se dão as relações de gênero na RDC e como são as experiências de mulheres e homens congoleses (FREEDMAN, 2016, p. 3-4 – tradução livre).

Freedman destaca alguns pontos da história do país para referenciar suas análises e aponta como o contato com o colonizador foi ao mesmo tempo devastador e importante influência na instituição de relações estruturadas no patriarcado. Neste sentido, enquanto a Nigéria tem atualmente uma conformação política pouco mais estável, os conflitos na RDC permanecem frequentes: “um país que enfrenta vários desafios estruturais graves e sobrepostos que podem ser reunidos para explicar tanto as crises que atravessou como as incertezas que ainda persistem quanto à sua estabilidade e paz futuras” (FREEDMAN, 2016, p. 4).



Os conflitos na região são complexos e resultantes de múltiplas causas que incluem não só as lutas pelo controle dos recursos naturais mas também disputas de terras, tensões étnicas, conflitos com estados vizinhos, além da instabilidade política e corrupção. Jane (2016) cita a fala de um professor congolês com quem teve contato na ocasião de sua pesquisa para salientar que a volatilidade dos conflitos se dá de tal forma que até para os nativos, por vezes, é difícil compreendê-los.

Algumas das mulheres que entrevistei falam de suas experiências de enfrentamento ao atual regime político do estado congolês, uma delas em especial Aisha é uma mulher de 47 anos, casada, com ensino superior completo – formada em relações internacionais, e sua história de refúgio se relaciona à perseguição política que sofreu ao fazer denúncias sobre situações de violência presenciadas quando viajou para a região leste de seu país (SANTOS, P.C. 2019).

Na ocasião me conta que foi a rádios e às mídias na capital para pontuar os abusos, principalmente, sofridos por mulheres e a gravidade dos ataques proferidos entre etnias rivais. Ela igualmente relatava que a situação chegou a um ponto que parecia haver combates que se davam mais por uma disputa pelo poder local que propriamente com uma finalidade maior.

Destacou o envolvimento de rapazes jovens e vingativos entre estes bandos, com aumento da ocorrência de atuações perversas de suas partes, o que tem fragilizado quaisquer tentativas de reunião entre a população do país. Especificamente na parte do país que faz fronteira com Ruanda, e durante a diáspora no país vizinho, com chegada e posterior expulsão das tribos recém-chegadas, a intensidade dos conflitos aumentou e assim se encontram desde então, com eventos por vezes cruéis.

O genocídio em Ruanda e o afluxo de refugiados hútus após 1994 exacerbaram tensões já existentes entre descendentes dos imigrantes ruandeses (*Banyarwanda*) composto por três subgrupos: os hútus, tútsis e os tuás. Nessa época, a presença privilegiada era composta por habitantes tútsis e congolese nativos o que era apoiado pelo então presidente Mobutu (FREEDMAN, 2016). Com a derrubada deste líder em 1997, devido a insatisfação popular com a vinda dos refugiados hutus, inicia-se uma guerrilha em que os próprios tútsis posicionam-se contra o governo e estes imigrantes.





Com a deposição de Mobutu, quem assume é um dos líderes dos guerrilheiros, Laurent-Désiré Kabila (TEIXEIRA, 2007). Apesar do primeiro ser considerado corrupto e mau administrador, a chegada do novo governo acirra rivalidades e deflagra a violência entre a população local, uma vez que grupos radicais se sentiram fortalecidos. Mobutu, que fora financiado pelos Estados Unidos e França durante todo seu período à frente da nação posicionava-se contra o comunismo e historicamente facilitou a exploração de fontes de minérios do Congo por países capitalistas ocidentais.

Se por um lado era um grande beneficiário dessa extração de riquezas naturais, por outro, sob a influência destes países, acabou aprovando uma nova Constituição, com maiores garantias de direitos civis e ampliação dos direitos das mulheres. Com a assunção de Kabila, há uma acentuação dos conflitos entre a população local e maior instabilidade governamental, o que acaba por promover o regresso em relação aos direitos civis até então conquistados.

Aisha descreve suas vivências neste momento de mudança de governo. E afirma que foi por ter denunciado a violência que observara entre seus conterrâneos que passou a ser ameaçada. Sua vinda ao Brasil se relaciona com a necessidade de sair de seu país e por sua vida estar em risco. Frente à emergência, viaja só, deixando marido e filhos, já que a coação se relacionava a ela diretamente. Em um momento posterior consegue trazer a filha mais nova, mas distancia-se do marido e outros filhos que se deslocam para outro país dentro do continente africano.

Então, se a aprovação da Constituição - mediante as pressões internacionais, fora uma vitória, na prática, seu período de validação pouco durou. Apesar da importante inovação na perspectiva do direito humanitário, como a definição do estupro – violência sexual cometida contra quaisquer gêneros com presença de penetração e a criminalização deste ato, a aprovação da lei acabou por trazer resultados opostos: passa a ser questionada a validade dos discursos de quem denuncia, especulando-se, sem qualquer fundamento concreto, chances de ganhos secundários (FREEDMAN, 2016).

Casos que possivelmente se dão entre uma população que se sente coagida, desamparada, e vinculada a valores cristãos por vezes misóginos. Essas deturpações de agressões e outros fatos





têm por finalidade garantir a supremacia masculina. As mulheres, ao apontarem umas para as outras, acabam por relativizar a legitimidade de quem já “ousa” fazer uma denúncia e contribuem para aumentar o desgaste psíquico das que conseguem se manifestar.

Nesta perspectiva, Badu³, que na ocasião da entrevista tinha 29 anos e era oficialmente casada, embora se considerasse separada já que o marido, também congolês, encontrava-se preso por conflitos políticos, me diz:

Eu não sei muito falar sobre estupro... Lá tem... Nunca vi acontecer com ninguém próximo a mim ou comigo (de um estranho pegar à força), mas dizem que tem... Agora, dentro de casa, se eu não quiser “fazer” e o marido ameaçar ou me bater porque sou mulher, aí tem... [digo que] tem porque eu vivi tanto tempo aquilo... você está cansada, não quer, mas aí tem que fazer, é como que obrigada... ele pode bater... A mulher se falar que vai denunciar até pode... mas como vai fazer? É ele quem paga o aluguel, eu nem trabalho... é ele quem dá de comer, quem sai para trabalhar... Então o que tenho que fazer é evitar discussão para que as coisas fiquem tranquilas, para que eu não leve pancadas. Tenho que me calar e aceitar tudo. Para que o ritmo fique calmo. Não sei bem da situação da província, mas sei que tem pessoas de outros países que entram lá para matar e não sei o quê, mas não tenho muito a dizer. Eu sempre estive na capital. Nunca fui a nenhuma província (SANTOS, P.C. 2019).

Sob a égide de ideias patriarcais e forte evangelização protestante na África e sendo o RDC um país sob forte influência dessa atuação, o que se perpetua também entre a comunidade congolosa estudada e estabelecida no Rio de Janeiro, o que se soma a ineficazes recursos jurídicos no país de origem – seja por aparelhos corrompidos, falta de abrigos para pessoas sob ameaça, ou pela percepção de que “certos atos não cabem denúncia”, situações de violência se perpetuam sem que haja saídas para quem passou por abusos, tal como nos aponta o depoimento de Badu.

O que se observa é a normalização da violência de gênero, reforçada pela impunidade e pela queda das instituições tradicionais. Freedman (2011) nos traz os relatos de soldados das forças armadas congolosas, que diferenciam, por exemplo, as qualidades de estupro que podem ser cometidos: os ‘normais’





e os diabólicos. O primeiro está associado às “necessidades masculinas” de se ter relações sexuais, e o segundo, este sim é por eles considerado “maldoso”, pois é marcado pelo uso da violência – com deferimento de agressões físicas, para além da sexual, à vítima.

Esse tipo de fala nos traz alguma dimensão da profundidade da questão. Quando exprimem que há duas maneiras possíveis para que ocorra um estupro, parte-se do princípio de que isso pode acontecer. Estes homens, mas também mulheres, consideram que há uma normatividade nas circunstâncias dos abusos sexuais. Acreditam que possa haver uma “razão de ser” para estas violências, algo da ordem da “biologia”, argumento utilizado para justificar ações criminosas.

As situações narradas, além de falas em que as entrevistadas explicam que há algumas atitudes tomadas por mulheres que justificariam, por exemplo, condutas como “jogar pedras” na pecadora, também merecem nossa reflexão. Então, se por um lado, mulheres são as maiores vítimas das agressões sexuais, por outro, mantê-las linearmente nesta posição corrobora para achatá-las suas capacidades de resistência e reivindicação, excluindo-as dos processos de agência que envolvem mudanças em suas próprias maneiras de se enxergarem e de olharem para outras mulheres. Inclusive deixando de motivar suas uniões e desenvolvimento de um sentimento de sororidade.

Do que vemos diante deste contexto histórico, e do que fora relatado pelas participantes deste estudo, é possível assumir o atravessamento de gênero na sociedade congoleza de hoje. Então, ainda que o conceito de gênero não fizesse parte da sociedade nativa deste território, como não o era na estrutura Yorùbá, a colonização marcou essas populações de tal maneira que na atualidade os processos raciais e de gênero se mostram como sistemas já estabelecidos.

A maternidade e suas potências

Oyewùmí (2016) nos apresenta o gênero como modo de organização da sociedade não inerente à natureza humana e tampouco universal, porém, como vimos, na contemporaneidade o conceito está difundido de tal maneira que as análises que dele prescindam talvez falhem em suas conclusões e avaliações. Em



contrapartida, destacar a categoria gênero assumindo o preceito de uma desigualdade tal que apresente mulheres como vítimas e deixem de considerar suas potências, e em particular a potência da maternidade, também me parece incompleta.

É com olhar direcionado à maternidade que venho apresentar novas perspectivas em relação às discussões pontuadas. Neste sentido, retomo a maneira das mulheres que eram mães se apresentarem quando estivemos juntas. Ao se nomearem “mãe de alguém” o que aparece em primeira instância é o próprio fato da maternidade. Ser mãe é de tal forma potente, e parte de sua identidade, que se anuncia imediatamente após o nome da mãe. A ligação da mãe com os seus é de tal forma intensa que transcende:

[o] ethos matripotente expressa o sistema de antiguidade em que òyá⁴ é anciã em relação a seus filhos. Como todos os humanos possuem òyá, todos nós nascemos de òyá, ninguém é maior, mais velho ou mais sênior a òyá. A unidade social mais fundamental no mundo Yorùbá é òyá e criança/s. Não porque são apenas anafêmeas que procriam, já que a construção original de òyá não tem gênero. Sua lógica e significado dá destaque ao papel de òyá como “co-fazedore”, assim como Èlẹ̀ dàá (o Criador), de humanos. Dessa forma, òyá é uma categoria singular sem comparação com nenhuma outra. Além disso, tanto as crianças anamachos quanto as anafêmeas irão escolher, espiritualmente, seus òyá. Então òyá e os seus estão ligados mesmo antes do nascimento e de forma semelhante, sem qualquer distinção do tipo de genitália que possam ter (OYEWÙMI, 2016, p. 58-59 – tradução livre).

A maternidade como descrita, tem, portanto, um sentido metafísico, que supera a esfera material, manifestando um estado de poder não atingidos por outros humanos “não mãe”. Perspectiva que em sentidos variados pode se afastar das vivências das mulheres ocidentais que por vezes lidam com a maternidade sob a ótica das perdas que este estado envolve. Perda na sua condição de mulher, interferindo na sua carreira e status profissionais (GUIGINSKI; WAJNMAN, 2019), na sua sexualidade e estéticas corporais, em suas experiências de aumento de responsabilidades domésticas, gerando um estado constante de cansaço (CARNEIRO, 2021), entre outros.

Quem presenciou o gestual da mãe africana e seu bebê, entendendo essa unidade e suas representações, nota ao deixar-

se envolver, como é orgulhosa a dança da mãe com seu bebê preso ao corpo, num movimento e postura que parece querer exibir a sublime conexão. Essa habitual expressão do cansaço que por vezes é referida entre as mães, parece perder sentido, ao menos em público, quando essa unidade mãe-criança se mostra. Essa diferença de experiências não passa despercebida por Oyewùmí (2016, p. 58), que pondera:

As sociedades ocidentais, com foco no dimorfismo sexual do corpo humano, introduzem as construções de gênero no mundo social como a única maneira pela qual a anatomia humana deve ser compreendida. Assim, o gênero é socialmente construído como duas organizações hierarquicamente organizadas, binariamente opostas. Categorias em que o masculino é superior e dominante, e o feminino é subordinado e inferior. Nessa perspectiva, a maternidade é uma instituição paradigmática de gênero. A categoria mãe é percebida então como a encarnação de uma posição em que mulheres são esposas subordinadas, fracas, impotentes e relativamente marginalizadas socialmente (OYEWÙMI, 2016, p. 58 – tradução minha).

Já a mãe Yorubá, na posição de Ìyá ultrapassa a categoria de genitora para estar fortemente associada ao campo da espiritualidade. Uma conexão que não encontra equivalente na posição paterna, por ser muito mais intensa. Há um sentido de responsabilidade cósmica que é também uma forma de poder, e sobre a qual uma Ìyá deverá se apropriar sem esquivar-se. É uma bênção que recebe. A igualdade de papéis e atribuições, neste cenário, não só não é desejada como nem tampouco deva ser.

O trabalho, o trabalho feminino e a diminuição da desigualdade – há chances?

Quando debatemos a categoria gênero e as tentativas feministas pelas equivalências de funções e salários, esse grupo de mulheres, entre outras ideias, trazia:

[as] mulheres nunca atingirão o lugar do homem... Fomos feitas do homem, da costela do homem, está na Bíblia [!]. Por isso, temos que nos portar e entender que há um limite para nós. São os homens que irão nos proteger e estarão sempre [de acordo com a Bíblia] acima de nós. Não podemos recusar o que é sagrado.



Nesta reunião, seus apontamentos eram para a noção de que, se nos “escritos” as mulheres nasceram da “costela de um homem” haveria um “limite” para a almejada igualdade. Segundo elas, certas funções “não cabem aos homens participar e isso deve ser respeitado”. Aos homens, “cabe ser o chefe da família e manter (financeiramente) a casa”. As mulheres, devem manter as funções de cuidado e trabalho doméstico, com ou sem colaborações de suas famílias e de suas extensões. Irmãs que se ajudam, filhas que ajudam as mães, as mais idosas que orientam as mais jovens, a juventude que deve respeito à senioridade...

Em contrapartida, uma jovem da RDC, gestante e com três meninos pequenos, nos diz: “só tive [filhos] meninos, então com eles vai ser diferente. Não tem jeito, eles têm que me ajudar em casa, eu não consigo fazer tudo. Acho que vão ser homens melhores assim...”. Sua fala registra a imperativa necessidade de ajuda que sentia naquele momento. Mas, diz ela, se tivesse uma menina, talvez a maneira de os educar não seria a mesma, ou seja, caberia principalmente a filha auxiliá-la: “eu ajudava minha mãe e meus irmãos não [a ajudavam] e isso era normal”.

Neste sentido, apesar de demonstrarem entender que pode haver melhorias na condição feminina, destacam que essa ideia de igualdade, tal como lhes apresentamos, “não é algo que deva ser desejado”. Mesmo que a noção de desvantagem no mercado de trabalho não passe por elas despercebida, o que ocorre seria uma espécie de resignação, como podemos notar na fala de Kalifa (29 anos, casada, reside com marido e filho):

No mundo inteiro, homem e mulher são vistos diferentes. A mulher ainda não tem lugar na sociedade. A gente fala de emancipação da mulher, essas coisas, mas são os homens que sabem jogar. Quem faz a Constituição? Os políticos são homens. Você pode até pegar o lugar deles, mas eles sabem onde te rebaixar. É muito difícil. No jeito de olhar [sobre jeitos de olhar dos homens para com as mulheres], tem muita diferença, eles olham [de cima para baixo, gesticula]... aí tem muita diferença. Acho que no mundo inteiro é a mulher que sofre mais. Homem trabalha menos e ganha muito. Se você vai na população brasileira, a mulher trabalha muito, a maioria das mulheres trabalha, mas são a maioria que sofre. O homem que trabalha ganha muito. Não sei por que, mas a mulher brasileira que trabalha sofre, sofre muito.





Atribuindo padrões ao que deve ser a identidade feminina, o sistema de privilégios vigente, patriarcal, favorece a condição masculina. Como vemos nos depoimentos, a presença destes conceitos colabora por reforçar posições de subalternidade feminina, exceto ao alcançarem o divino materno. Condição que não necessariamente impede atos de extrema violência, uma vez que, na escalada de poder entre grupos rivais, como nos contou Aisha, há casos extremos de retirada, com um objeto cortante qualquer, de um bebê ainda no útero materno – mas é fato que são mais raros.

São valores da masculinidade que atribuem poder aos homens e estabelecem um contexto permissivo aos atos de agressividade que se manifesta nos costumes sociais, culturais, políticos e morais da população (DAS, 2008; CONNELL, 1987). Condutas que atualizam e punem mulheres em uma situação, por exemplo, de desconfiança para com os cuidados à sua família, a possibilidade de infidelidade ou abuso sexual. A insegurança do marido para lidar com maior salário por parte da esposa ou o risco de que ela possa se opor a ele no lar contribuem para a não permissão do trabalho fora do domicílio (FREEDMAN, 2016).

No caso da situação dessas refugiadas, porém, todas referiram desejo de estarem inseridas profissionalmente. Mulheres casadas, como Kalifa e Aisha, negaram desaprovações por parte de seus parceiros. Ambas narraram trajetórias de buscas ativas no mercado de trabalho, com tentativas de acordos com empregadores, negociações por direitos, mudanças de empregos devido a condições que lhes eram insatisfatórias ou a busca por melhores salários. São iniciativas que se diferem em parte do que elas mesmo possam uma vez defender. Estariam essas ações associadas a necessidade atual e às condições do refúgio? Ou ao maior grau de escolaridade – superior incompleto e completo, respectivamente - delas? Ambas concordaram que essas são situações que se impõem sobremaneira, embora também tenham referido seu desejo por ascender profissionalmente.

No Congo, a maioria das mulheres está em setores informais de trabalho e é estimado que somente 5% trabalhem no setor público, 1% em ONGs e 1% no setor privado. No setor público, os empregos estão majoritariamente nas áreas de saúde (enfermagem) e educação (professoras primárias). Isso demonstra que há uma hierarquia dentro dessas áreas, que se apoia em



relações de gênero, já que mulheres ocupam cargos de menor prestígio (FREEDMAN, 2016; DAS, 2008).

Na informalidade, com destaque para setores da agricultura, mineração e serviços, mulheres fazem grande parte do trabalho. A maior parte das entrevistadas com menor grau de escolaridade, estava inserida na economia informal. Por ser um trabalho sem regulamentação, é comum que sejam exploradas. Os atravessamentos de fronteiras para negociações de produtos têm sido uma atividade desenvolvida por mulheres, pois há uma chance maior de conseguirem um salvo conduto na região de fronteiras (TSHIBAMBE; MUKOHYA, 2008) Nessas negociações, algumas conseguem juntar quantias de dinheiro e, por vezes, auxiliar seus parentes. São atividades que permitem certa emancipação feminina e o reconhecimento daquela mulher entre os seus. Em um contexto marcado por relações de poder desiguais, essa iniciativa parece atraente. Entre as mulheres com quem estive, Aisha arriscou-se nessa travessia e fora bem sucedida, até que as situações de violência se intensificaram e ela decidiu denunciar o que vira.

Conclusão

Por fim, é importante destacar os movimentos de mulheres africanas, entre elas Oyèwúmí (2005), que propõem tentativas de lidar com as construções de seus papéis na sociedade, trazendo à tona distinções e valorizando posições sociais diversas. A proposta busca formas de transformação social culturalmente sintonizadas e pessoalmente libertadoras, para que possam unir a população e intensificar sua capacidade de representação e participação política (MIKELL, 1997).

Este movimento defende que se opere fora da lógica sexista para pensar as relações de poder e as maneiras como sistemas econômicos globais oprimem homens e mulheres e, a partir da visão de opressão comum, homens e mulheres possam colaborar entre si e valorizar as diferentes potencialidades. Um movimento capaz de ser transformador socialmente, além da questão particular entre os sexos, para o continente africano como uma totalidade (OYEWÚMÌ, 2005).

As mudanças nas relações de gênero estariam, segundo esta proposta, ligadas à possibilidade de emergirem dentro das

próprias comunidades e para além das imposições externas, alianças entre populações oprimidas. Essa ideia de apoio e valorização mútuas aparece como uma proposta inovadora num continente historicamente explorado.

Referências

- CARNEIRO, R. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. *cadernos pagu*, 2021.
- CONNELL, R. W. *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. California: Stanford University Press, 1987.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2002000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 set. 2017.
- DAS, V. Violence, gender, and subjectivity. *Annual Review of Anthropology*, v. 37, p. 283-299, 2008.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.
- FREEDMAN, J. Explaining sexual violence and gender inequalities in the DRC. *Peace Review: A Journal of Social Justice*, v. 23, n. 2, p. 170-175, 2011.
- FREEDMAN, J. *Gender, violence and politics in the democratic republic of Congo*. Routledge, 2016.
- GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, 2019.
- KLEINMAN, A.; WILKINSON, I. *A passion for society: How we think about human suffering*. Univ of California Press, 2016.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MIKELL, G. (ed.). *African feminism: The politics of survival in sub-Saharan Africa*. University of Pennsylvania Press, 1997.
- OYĚWÙMÍ, O. (ed.). *African gender studies: A reader*. Springer, 2005.
- OYĚWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Bazar do Tempo

Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

OYĒWÙMÍ, O. *What gender is motherhood?: Changing Yoruba ideals of power, procreation, and identity in the age of modernity.* Springer, 2016.

SANTOS, P.C. *Narrativas femininas e saúde mental: a saída da República Democrática do Congo e o refúgio no Rio de Janeiro.* 2019. Dissertação de Mestrado - PPGSC – CHS/Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TEIXEIRA, R. C. et al. Congo: no “coração” da África o dilema entre independência e ditadura. *Conjuntura internacional*, v. 16, n. 2, p. 45, 2007.

TSHIBAMBE, G. N.; MUKOHYA, V. *Country Paper: The Democratic Republic of Congo.* Report prepared for the African Perspectives on Human Mobility Programme, supported by the MacArthur Foundation. Département des Relations Internationales Université de Lubumbashi/Katanga, République Démocratique du Congo, 2008.

Notas

1 Segundo Kleinman e Wilkinson (2016, p. 3) “[...] as quantidades excessivas de desconforto físico e emocional, com que a vida social de determinadas pessoas é cumprida, são estados pronunciados de angústia e miséria vividos cotidianamente. As condições de vida e de trabalho dessas pessoas são encarnados por sensações de fadiga crônica, humilhações ritualizadas e vergonha social. A alta incidência de sintomas depressivos e doenças corporais entre essas populações servem como evidência documental da relação das condições sociais aos prejuízos na saúde mental”. ↑

2 Disponível em: caritas-rj.org.br. Acesso em: jan. 2018. ↑

3 As citações e personagens aqui mencionadas estão descritas na tese de mestrado: SANTOS, P. C. *Narrativas femininas e saúde mental: a saída da República Democrática do Congo e o refúgio no Rio de Janeiro.* 2019. ↑

4 Como nos esclarece Oyewùmí (2016, p. 57) e faz-se importante destacar aqui: “porque as categorias teóricas empregadas para discutir a sociedade derivam das ciências sociais, profundamente enraizadas em uma cultura eurocentrada, o desafio de escrever sobre uma epistemologia africana endógena é aparente. Para começar, as palavras òyá ou Yèyé - normalmente glosadas como a palavra [inglesa] “mãe”. Esta tradução é altamente problemática porque distorce o significado original de òyá no contexto Yorùbá falhando em capturar o significado central do termo porque as abordagens teóricas dominantes da maternidade – feministas e não feministas – representaram a instituição como uma instituição de gênero”. Neste sentido, usarei a letra “e”, em português, para pronominar o termo òyá, nomenclatura essa que encontra-se de acordo com definições propostas por grupos não binários ao se referirem a si. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em junho de 2023 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).